

A evolução das bibliotecas na sustentabilidade ambiental: uma análise comparativa de casos da américa latina

Nathália dos Santos Corrêa¹, Maria Irene da Fonseca e Sá², Fabrícia Carla Ferreira Sobral³

Resumo

A sustentabilidade ambiental é um assunto cada vez mais abordado na sociedade. Mas, em países como o Brasil, apesar da existência da legislação ambiental, programas, projetos e iniciativas voluntárias para alavancar a educação ambiental, a pouca implantação prática atrelada à falta de informação e a fiscalização tem desvalorizado a solidez da sustentabilidade, mesmo diante de programas como a Agenda 2030. Neste contexto, a formação de parcerias entre instituições governamentais, não-governamentais, comerciais, educacionais e de apoio, como as bibliotecas, podem contribuir na disseminação da sustentabilidade ambiental, o que poderia resultar num avanço significativo em relação ao consumo mais consciente, à produção e ao descarte do lixo de forma adequada e, por fim, à conscientização das mudanças climáticas, etc. As bibliotecas, portanto, podem desempenhar um papel fundamental na reflexão da responsabilidade social de cada um por meio da informação e, para tal, é necessário que as bibliotecas adotem para si a responsabilidade ambiental, incorporando-a em seus serviços de informação. Assim, o objetivo deste trabalho foi identificar como as bibliotecas vêm trabalhando a visibilidade da sustentabilidade ambiental nos serviços de informação, tendo como metodologia a análise de bibliotecas da América latina, baseada em dois grupos de indicadores, a saber: o grupo A - missão, visão e valores; o grupo B - nível de sustentabilidade - arquitetura, gestão e projetos/programas/atividades de educação ambiental.

A amostra da pesquisa é constituída pelas seguintes bibliotecas públicas: Biblioteca Parque Estadual Rio de Janeiro (Brasil) (BPERJ); Biblioteca Pública Altavista (Colômbia) e pelas bibliotecas universitárias: Biblioteca Carlos Monge Alfaro (Costa Rica) e a Biblioteca Central San Benito Abad (Argentina).

Palavras-chave: Sustentabilidade Ambiental; Bibliotecas; Agenda 2030; Lixo.

Abstract

Environmental sustainability is a subject increasingly addressed in society. However, in countries such as Brazil, despite the existence of environmental legislation, voluntary programs, projects and initiatives to leverage environmental education, little practical implementation linked to lack of information and monitoring has devalued the solidity of sustainability, even in the face of programs such as Agenda 2030. In this context, partnerships between governmental, nongovernmental, commercial, educational and support institutions, such as libraries, can contribute to the dissemination of environmental sustainability, which could result in a significant increase in

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. NathaliaCorrea22@outlook.com

² Código ORCID 0000-0002-7077-4664 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. mariairene@facc.ufrj.br

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. fcarla.sobral@gmail.com

consumption more consciously, to the production and disposal of garbage in an appropriate way, and finally, to the awareness of climate change, etc. Libraries, therefore, can play a fundamental role in the reflection of the social responsibility of each one through information and, for this, it is necessary that the libraries adopt for themselves the environmental responsibility, incorporating it in its information services. Thus, the objective of this work was to identify how libraries have been working on the visibility of environmental sustainability in information services, having as methodology the analysis of libraries in Latin America, based on two groups of indicators: group A - mission, vision and values; the group B - sustainability level - architecture, management and environmental education projects / programs / activities.

The sample of the research is constituted by the following public libraries: Library State Park Rio de Janeiro (Brazil) (BPERJ); Altavista Public Library (Colombia) and the university libraries: Carlos Monge Alfaro Library (Costa Rica) and the Central Library San Benito Abad (Argentina).

Keywords: Environmental Sustainability; Libraries; Agenda 2030; Trash.

1 Desenvolvimento

A importância da conservação e preservação do meio ambiente e o manejo dos recursos naturais já eram visíveis e discutidos bem antes do século XX e XXI por conta da observância dos danos ambientais. McCormick (1992, p.16) nos atesta que “[...] embora os movimentos ambientalistas datem do pós-guerra, a destruição ambiental tem uma longa linhagem”. Alguns fatos históricos são: o abandono de terras pelos sumérios ao constatar a mudança da terra, cada vez mais salinizadas; a deploração de Platão acerca do desmatamento e a erosão do solo; a construção de embarcações e conseqüentemente a redução de florestas do Mediterrâneo; a poluição do ar na Inglaterra pela queima de carvão na década de 70, dentre outros (McCormick, 1992). Isto demonstra que muitas ações humanas causavam destruição e que cada vez que uma localidade, uma nação ou um pedaço de terra, ao longo da história, passava por um processo de crescimento evolutivo, a natureza era mais explorada e também mais danificada.

As ações humanas mais prejudiciais, ao meio ambiente, começaram após a Revolução Industrial, na época das descobertas científicas, quando o volume de destruição ambiental se intensificou por conta da poluição gerada pela industrialização (Tybusch; Rossato, 2013). O movimento ambientalista ganhou impulso com a publicação “Primavera silenciosa” da cientista Rachel Carson, em 1962, que alertava sobre a necessidade de respeitar o ecossistema e proteger a saúde humana e ambiental (ONUBR, 2017). Os ideais e as manifestações em prol do meio ambiente tornaram-se mais significativos, culminando em um fenômeno global. As discussões foram importantes para refletir sobre o modo de vida capitalista, o problema da finitude dos recursos naturais, da proteção e manutenção da vida e a consequência do desequilíbrio natural das ações humanas (ONUBR, 2017).

Em 1972, a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano em Estocolmo (Suécia), evento considerado um marco no assunto, resultando numa Declaração composta de 19 princípios alicerçados ao direito de um meio ambiente equilibrado e ecológico, considerado também como um “Manifesto Ambiental”. Esse manifesto foi importante para estabelecer os pilares do programa ambiental das Nações Unidas, o qual visava “[...] inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e melhoria do ambiente humano [...]” (ONUBR, 2017).

A discussão ambiental ganhou mais visibilidade com o Relatório de Burtland (1983), onde foi discutido e estabelecido o conceito de desenvolvimento sustentável, que mais tarde serviu como embasamento para os chefes de Estado se reunirem em uma nova Conferência das Nações Unidas

(1992) para elaborar o programa global, conhecido como Agenda 21, para orientar as ações para a transição de um desenvolvimento tradicional para o desenvolvimento sustentável. O evento Rio+20 (2012) reuniu cerca de 190 países para discutir e renovar o compromisso político em prol do desenvolvimento sustentável.

Para Melo e Martins (2008, p. 97) a noção de sustentabilidade “[...] implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com a capacidade de suporte.” Essa percepção dialoga com a proposta de Ignacy Sachs, participante de algumas Conferências das Nações Unidas, que desenvolveu a ideia de desenvolvimento sustentável. Sachs acredita que a sustentabilidade integra dimensões que devem ser observadas para se pensar em desenvolvimento. Entre as principais, estariam as dimensões: social, cultural, espacial, econômica e finalmente, ambiental.

A dimensão ambiental, segundo Melo e Martins (2008, p. 101), é baseada na “[...] solidariedade sincrônica da geração atual com as gerações futuras e para que isso possa ocorrer, existe a necessidade latente de discutir a conscientização ambiental”. Isto quer dizer que para buscar a sustentabilidade ambiental temos que “[...] compreender e respeitar as dinâmicas do meio ambiente, entender que o ser humano é apenas uma das partes deste ambiente e melhorar e controlar o uso dos recursos naturais, respeitando sua capacidade de renovação.” (Melo; Martins, 2008, p. 101).

Essas dimensões serviram para desenvolver amplamente o pensamento de sustentabilidade e que podem ser percebidas em documentos e programas importantes como o Relatório de Burtland, a Declaração de Joanesburgo, resultado da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (2002), e atualmente, na Agenda 2030. A ONU define o desenvolvimento sustentável como “[...] processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia [...]” (ONUBR, 2017, não paginado).

A sustentabilidade ambiental necessita ser discutida, colocada em prática e fiscalizada, pois afeta diretamente a sobrevivência dos seres vivos. Cada um necessita fazer sua parte: o governo criando políticas, projetos e programas para conscientizar as pessoas, dando exemplo por meio de ações ecologicamente corretas; as empresas trabalhando com seus funcionários e clientes a conscientização ambiental e desenvolvendo produtos e serviços com melhores práticas de sustentabilidade ambiental; as instituições de ensino desenvolvendo atividades com crianças e adolescentes e adultos sobre a importância de cuidar do planeta e as consequências de não cuidar; as Organizações não-governamentais (ONGs) criando e apoiando trabalhos sociais, cursos, etc. e as bibliotecas, dando suporte como locais de disseminação e acesso à informação, conhecimento, de modo a desenvolver por meio da leitura, cursos e atividades para conscientização ambiental.

O problema do lixo se trata de um fenômeno global e, portanto, é necessário que haja maior atenção tanto em âmbito nacional, como internacional. O funcionamento dos lixões afeta a saúde humana, o meio ambiente e viola os direitos humanos de milhões de pessoas. Pensar em saneamento básico adequado e na gestão de resíduos sólidos tem a mesma importância que o fornecimento da água potável, alimentação e abrigo, energia, transporte, entre outros e caracteriza-se como serviço essencial para a sociedade.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabeleceu que ao menos a coleta seletiva nos municípios brasileiros deve permitir, no mínimo, a separação entre resíduos recicláveis secos (metais, papel, papelão, diferentes tipos de plásticos e vidros) e os rejeitos (não recicláveis, como papel higiênico,

fraldas, absorventes, dentre outros). Pensar em coleta seletiva é pensar no óbvio e no básico, assim como em necessidades essenciais como saneamento, segurança alimentar, saúde, educação, trabalho digno, enfim. Porém, poucos lugares do Brasil efetuam, de fato, a separação dos resíduos sólidos.

A gestão dos resíduos sólidos constitui-se como um dos pilares da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. A discussão de áreas como segurança alimentar, cidades sustentáveis e uma vida saudável para todos não é possível sem uma gestão adequada de resíduos sólidos. Da mesma forma, os outros objetivos da Agenda 2030 abordam o acesso a informações, e as instituições inclusivas e parcerias que possibilitem a criação de um ambiente favorável que possa apoiar a minimização dos efeitos causados pela má gestão, pouca conscientização da população e consequentemente os efeitos adversos dos resíduos (ABRELPE, 2017).

2 Resultados

O quadro 1 apresenta o percentual acerca das respostas obtidas através do questionário, de acordo com os indicadores do grupo A e do grupo B.

Quadro 1 – Respostas do questionário em (%)

GRUPO A	<ul style="list-style-type: none"> • 75% das respostas indicam que as bibliotecas possuem um documento, ou mesmo no próprio site web, em que consta a missão, visão e valores para os usuários, contra os 25% que não (Pergunta 1). • 100% das respostas indicam que as bibliotecas não contemplam nesse documento a responsabilidade ambiental (Pergunta 2). • 75% das respostas indicam que existem nas bibliotecas atividades que são desenvolvidas para promover a conscientização ambiental, contra 25% que não (Pergunta 4).
GRUPO B	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 50% das respostas indicam que na arquitetura das bibliotecas é observado algum aspecto da sustentabilidade ambiental, seja na construção ou no uso de materiais, contra 50% que não (Pergunta 5). ▪ 75% das respostas indicam que há a gestão ambiental (serviços internos) das bibliotecas em algum aspecto, contra 25% que não (Pergunta 6). ▪ 75% das respostas indicam que as bibliotecas desenvolvem atividades/projetos para a conscientização ambiental, contra 25% que desenvolvem não só atividades de conscientização ambiental como também capacitação de habilidades técnicas e disseminação de ações ecológicas e/ou geração de renda (Pergunta 7).

Fonte: Elaborado pelas autoras

A BPERJ, apesar de ainda ser muito nova no que diz respeito à questão ambiental, agrupa os três indicadores da pesquisa – a arquitetura, a gestão ambiental e as atividades/programa/projeto de conscientização ambiental. Seu ponto forte está na arquitetura, mas ainda está iniciando no quesito da gestão ambiental e as atividades/programa/projeto de conscientização ambiental precisam ter um objetivo mais arrojado e uma execução que vá além de visitas guiadas, comemoração de datas comemorativas, etc.

A Biblioteca Pública Altavista possui como pontos fortes, a atividade de conscientização ambiental *Pachamama*, que é uma metodologia e pedagogia para desenvolver a consciência ecológica de seus usuários, assim como a gestão ambiental que realiza a separação dos resíduos sólidos, a racionalização do uso do papel e a reciclagem para as atividades na própria biblioteca. No indicador arquitetura, a biblioteca não possui uma estrutura adequada e condizente com a sustentabilidade ambiental, inclusive no uso dos materiais na construção do edifício.

A Biblioteca Carlos Monge Alfaro possui como pontos fortes, a gestão ambiental, pelo desenvolvimento de palestras, diálogos e capacitação dos funcionários para a conscientização do assunto, também aberta a outras bibliotecas e toda a comunidade universitária, bem como a criação de sistemas de comunicação, visando a redução do uso do papel. Os livros descartados são reciclados e todo papel que não é reutilizado é destinado nas lixeiras para coleta seletiva. No que diz respeito às atividades/programa/projeto de conscientização ambiental, a biblioteca executa palestras, eventos para a promoção da reciclagem do papel, além da separação dos resíduos sólidos no qual os fundos arrecadados se convertem em investimento na própria unidade de Educação Ambiental da Universidade, possibilitando também a geração de renda. O edifício por ser uma construção antiga é conservado via manutenções constantes não sustentáveis.

A Biblioteca Central San Benito Abad agrupa os três indicadores da pesquisa. É possível observar as grandes janelas que proporcionam maior aproveitamento da iluminação natural e menos consumo de energia elétrica. No tocante à gestão ambiental, a biblioteca realiza a separação dos resíduos sólidos, enquanto que nas atividades/programa/projeto de conscientização ambiental, a biblioteca costuma fazer exposições sobre temas importantes do meio ambiente.

3 Considerações Finais

As bibliotecas podem contribuir na geração e no apoio à educação, por meio de atividades e projetos que conscientizem os usuários sobre a importância da sustentabilidade ambiental. Cada biblioteca possui um contexto, um público, uma natureza e serviços de informação condizentes com sua missão, mas todas possuem um compromisso social, especialmente a biblioteca pública que “[...] desempenha importante papel no desenvolvimento e preservação de uma sociedade democrática ao oferecer ao cidadão o acesso a uma ampla e diversificada variedade de conhecimentos, ideias e opiniões.” (IFLA, 2012, p.2).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 26, enfatiza que "Todo ser humano tem direito à instrução." (UNIC, 2009, p.14), assim sendo, as bibliotecas têm a capacidade de potencializar o aprendizado ao longo da vida, fomentando o acesso à informação e comprometendo-se como um dos agentes sociais importantes para o cumprimento da Agenda 2030.

Neste contexto, as bibliotecas e outras unidades de informação, bem como os profissionais bibliotecários e os demais profissionais da informação, constituem-se como importantes representantes sociais no papel de educar e estimular a maior participação do cidadão, em iniciativas informais ou formais e globais, como é o caso da Agenda 2030. Desta forma, contribuem com o desenvolvimento sustentável por meio de atividades reflexivas, teóricas ou práticas que estejam inseridas em seus respectivos serviços de informação, como também devem incorporar em seus próprios princípios a responsabilidade ambiental. É necessário que haja parcerias entre as instituições, o cidadão e o Estado, onde cada um faça sua parte com responsabilidade, de modo a preservar, conservar e cultivar tudo o que o meio ambiente concede de graça.

Referências

Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE). Roteiro para encerramento de lixões: os lugares mais poluídos do mundo. São Paulo, 2017. Recuperado de http://www.abrelpe.org.br/estudo_roteiro2017.cfm.

Biblioteca Central UCA. (2016). Recuperado de <https://www.facebook.com/bibliotecas.uca/photos/a.204084009693980.29516.177987832303598/98361753599533/?type=3&theater>.

Biblioteca Parque do Estado do Rio de Janeiro (BPERJ). Recuperado de <http://www.cultura.rj.gov.br/espaco/biblioteca-parque-estadual-bpe-fechado-temporariamente>.

Centro de Informação das Nações Unidas Rio De Janeiro. Declaração Universal dos Direitos Humanos. (2009). Recuperado de <http://unicrio.org.br/unic-rio/documentos/>.

Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA). *Diretrizes da IFLA para Bibliotecas Públicas*. (2012). Organização de Christie Koontz e Barbara Gubbin. Tradução de Antonio Agenor Brinquet de Lemos. Brasília: Brinquet de Lemos.

McCormick, John. (1992). *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Recuperado de <https://pt.scribd.com/doc/55372947/McCORMICK-John-Rumo-ao-Paraiso-A-historia-dos-movimentos-ambientalistas>.

Melo, Clair K. de; Martins, Janete R. (2007). Dimensões de sustentabilidade. *Revista Amazônia Legal de estudos sócio-jurídico ambientais*, 2 (3), 75-91. Recuperado de <http://200.129.241.80/ppgda/arquivos/imgconteudo/files/Revista3.pdf#page=93>.

Ministério das Relações Exteriores. (2016). Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Recuperado de <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/135-agenda-de-desenvolvimento-pos-2015>.

Nações Unidas do Brasil (ONUBR). (2018). A ONU e o meio ambiente. Recuperado de <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>

Pontificia Universidad Católica (UCA). Sistema de Bibliotecas. Biblioteca Central San Benito Abad. Recuperado de <http://www.uca.edu.ar/index.php/site/index/es/uca/sistema-de-bibliotecas/bibliotecas-centrales/biblioteca-central-san-benito-abad/>.

Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín (SBPM). (2017). Biblioteca Pública Altavista. Recuperado de <http://bibliotecasmedellin.gov.co/biblioteca-publica-altavista/>.

Sistema de Información Cultural Costa Rica (Sicultura). (2014). Biblioteca Carlos Monge Alfaro. Recuperado de <https://si.cultura.cr/infraestructura/biblioteca-carlos-monge-alfaro-ucr.html>.

Tybusch, Francielle Benini Agne; Rossato, Ricardo. (2013). Informação ambiental e as novas tecnologias: da necessidade de politização para a sustentabilidade. *Revista eletrônica do Curso de*

Direito, Santa Catarina, v. 8, p. 712-722, 2013. Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8399>.